

João Paulo Nicolini Gabriel* e Julio Lopes**

Angra III: um passo estratégico para a segurança energética e o avanço científico no Brasil

A usina nuclear de Angra III, cujas obras se arrastam desde os anos 1980, tornou-se um símbolo da falta de continuidade das políticas energéticas no Brasil. Desde 2024, o debate sobre sua retomada ganhou novo fôlego, mas enfrenta forte oposição devido aos alegados alto custo projetado para sua conclusão. Segundo estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os consumidores podem pagar até R\$ 61,5 bilhões a mais nas contas de luz ao longo de 40 anos. Além disso, a precariedade da infraestrutura viária, como a rodovia Rio-Santos, representa um obstáculo adicional, comprometendo a logística e segurança do empreendimento. No entanto, abandonar Angra III significaria um prejuízo imediato de R\$ 21 bilhões sem qualquer retorno energético, além de comprometer o avanço da ciência e tecnologia nuclear no país e dificultar os esforços de descarbonização da matriz energética. O impasse reflete a ausência de um planejamento estratégico de longo prazo para a energia nuclear no Brasil, que se arrasta desde o Acordo Nuclear de 1975 com a Alemanha Ocidental.

Os desafios técnicos e financeiros da conclusão de Angra III são inegáveis, mas a alternativa de abandoná-la impõe custos ainda maiores. A conclusão da usina representa uma aposta na diversificação da matriz energética nacional, mas os obstáculos enfrentados ao longo de quatro décadas evidenciam as fragilidades de um planejamento que, inicialmente ambicioso, foi sendo redimensionado com o passar do tempo. A construção de Angra III remonta a um período de grandes expectativas para o setor nuclear brasileiro, impulsionado pelo Acordo Nuclear de 1975 com a Alemanha Ocidental. No entanto, as sucessivas paralisações, mudanças nas prioridades políticas e desafios técnicos tornaram o projeto um verdadeiro símbolo das dificul-

dades estruturais que marcam o desenvolvimento do setor nuclear no Brasil. Essa falta de continuidade política e estratégica resultou não apenas em atrasos e elevação de custos, mas também na incapacidade de se consolidar uma visão de longo prazo para a energia nuclear no país.

No entanto, a energia nuclear tem se consolidado como uma alternativa ambientalmente responsável, sendo reconhecida pela União Europeia desde 2022 como uma fonte de energia verde. A decisão europeia reflete uma tendência global de reavaliação do papel da energia nuclear na transição para matrizes energéticas mais sustentáveis. Isso ocorre porque as usinas nucleares emitem quantidades mínimas de CO2 em comparação às termelétricas e podem garantir segurança energética sem depender de combustíveis fósseis importados. Diferente de fontes intermitentes, como solar e eólica, a energia nuclear proporciona estabilidade ao fornecimento elétrico, evitando oscilações no suprimento de energia. Assim, a retomada de Angra III não apenas fortaleceria a matriz energética nacional, como também contribuiria para os esforços globais de descarbonização e reforçaria a posição do Brasil como um ator comprometido com soluções sustentáveis.

O programa nuclear brasileiro não pode se restringir à construção do submarino nuclear. Estudos indicam que o potencial hidrelétrico do Brasil pode se esgotar devido às mudanças climáticas, reforçando a necessidade de diversificação energética. A hidroeletricidade, por mais consolidada que seja, está cada vez mais vulnerável a longos períodos de estiagem, o que compromete a estabilidade do abastecimento elétrico. Nesse sentido, Angra III é fundamental para ampliar o papel da energia nuclear no desenvolvimento do país. O Brasil possui

um potencial significativo para avançar na pesquisa e desenvolvimento nuclear, e a conclusão da usina pode ser um catalisador para o crescimento do setor.

Além da geração de eletricidade, o programa nuclear brasileiro contribui para avanços científicos em diversas áreas, como saúde e agricultura. Instituições como o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) e o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN) em Minas Gerais desempenham papéis essenciais no desenvolvimento de radioisótopos para tratamentos médicos e na melhoria genética de cultivos agrícolas. A expansão da energia nuclear também impulsiona pesquisas relacionadas à medicina nuclear, aumentando a disponibilidade de radiofármacos essenciais para diagnósticos e tratamentos de doenças como o câncer.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), criada pela Lei nº 14.222/2021, garantem a regulação e segurança do setor. Essas instituições desempenham um papel fundamental para assegurar que o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil ocorra dentro de padrões internacionais de segurança e responsabilidade ambiental. A continuidade de Angra III também estimularia o desenvolvimento da indústria nuclear nacional, fortalecendo a capacidade do Brasil de dominar todas as etapas do ciclo do combustível nuclear.

Abandonar Angra III significaria um retrocesso na ciência e tecnologia do país, inviabilizando um projeto que pode impulsionar o ciclo completo do enriquecimento de urânio para fins pacíficos no Brasil. Atualmente, a conversão em hexafluoreto de urânio (UF6) ainda é feita no exterior devido à falta de demanda cons-

tante, mas a conclusão da usina aumentaria a pressão para a construção de uma unidade industrial própria, fortalecendo a independência energética do país. Essa demanda mais consistente ajudaria a viabilizar a criação de uma planta de conversão industrial, permitindo que o Brasil tenha maior autonomia sobre seu próprio ciclo do combustível nuclear.

Investir em energia nuclear pode ser caro, mas é um caminho estratégico para o futuro, reduzindo a dependência de fontes poluentes e importadas, como as termelétricas a gás, e garantindo um fornecimento energético seguro e sustentável para o Brasil. Angra III representa não apenas uma infraestrutura energética essencial, mas também um passo decisivo para consolidar a posição do Brasil como um país comprometido com a inovação e a segurança energética de longo prazo. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidido pelo ministro Alexandre Silveira e composto por diversas pastas governamentais, tem a responsabilidade de definir o futuro do projeto. A decisão, contudo, não pode se restringir a uma análise financeira de curto prazo. É necessário um compromisso estratégico que garanta o desenvolvimento sustentável da energia nuclear no Brasil, assegurando que os investimentos já realizados não sejam desperdiçados e que o país avance na diversificação de sua matriz energética com segurança e eficiência.

***Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Ciência Política pela UFMG e Université Catholique de Louvain (Bélgica).**
****Deputado federal. Presidente da Frente Parlamentar Mista da Tecnologia e Atividades Nucleares - FPN**

EDITORIAL

A exploração na Margem Equatorial

A exploração de petróleo na Margem Equatorial do Brasil, uma região que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte, pode trazer diversos benefícios econômicos e estratégicos para o país. Com potencial para se tornar uma das novas fronteiras de produção de petróleo, essa área desperta o interesse da indústria devido à sua semelhança geológica com campos produtivos na Guiana e no Suriname, onde foram descobertas grandes reservas de óleo leve e de alta qualidade.

Entre os principais benefícios está o impacto positivo na economia. A exploração pode gerar bilhões em investimentos, impulsionando a arrecadação de royalties e tributos que podem ser destinados a áreas essenciais como saúde, educação e infraestrutura.

Além disso, o desenvolvimento da indústria petrolífera na região pode criar milhares de empregos diretos e indiretos, beneficiando tanto trabalhadores especializados quanto a população local por meio da cadeia de fornecimento de bens e serviços.

Outro aspecto importante é a segurança energética. Com a demanda global por petró-

leo ainda em alta e a transição energética ocorrendo de forma gradual, a produção nacional pode reduzir a dependência de importações e garantir maior estabilidade econômica. Isso também fortalece a posição do Brasil no mercado internacional, permitindo ao país aumentar suas exportações e atrair novos investimentos para o setor.

Além dos benefícios econômicos, o avanço tecnológico na exploração offshore pode estimular a inovação e o desenvolvimento de novas soluções para exploração em águas profundas, incluindo melhorias na eficiência e na redução de impactos ambientais. Empresas do setor têm investido cada vez mais em tecnologias para minimizar emissões de carbono, monitorar ecossistemas e garantir operações seguras e sustentáveis.

Por fim, se conduzida com planejamento e responsabilidade socioambiental, a exploração na Margem Equatorial pode equilibrar o crescimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que os benefícios sejam aproveitados sem comprometer os ecossistemas locais e as comunidades costeiras.

Inclusão sobre rodas

Do símbolo à vivência, não há como pensar em inclusão de pessoas com deficiência sem a associação do imaginário a uma pessoa cadeirante. Mas sobre rodas não apenas eles, a Carreta da Inclusão da Pessoa com Deficiência, no Distrito Federal, é uma iniciativa destinada a promover a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência. Este projeto, coordenado por órgãos governamentais e parceiros da sociedade civil, tem como objetivo oferecer serviços e orientações especializadas, proporcionando apoio em diversas áreas, como educação, saúde, e direitos sociais.

A carreta, equipada com infraestrutura adequada e profissionais capacitados, realiza atendimentos itinerantes em diferentes regiões do Distrito Federal. Entre os serviços oferecidos estão avaliações e orientações sobre benefícios sociais, assistência em processos de habilitação e reabilitação, além de consultas com especialistas em acessibilidade e inclusão. A presença da carreta em diver-

sas localidades visa reduzir as barreiras geográficas e facilitar o acesso a informações e serviços essenciais para a população com deficiência.

Além dos atendimentos individuais, a Carreta da Inclusão promove atividades educativas e eventos que visam aumentar a conscientização sobre a importância da inclusão e os direitos das pessoas com deficiência. Essa abordagem busca sensibilizar a sociedade para a importância de criar um ambiente mais acessível e inclusivo, incentivando a participação ativa das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social.

A iniciativa também se destaca pela integração com outras políticas públicas e programas voltados para a inclusão. Através de parcerias com entidades locais e organizações não governamentais, a Carreta da Inclusão contribui para a construção de uma rede de apoio robusta e eficiente, essencial para a promoção da igualdade e da justiça social no Distrito Federal.

Aristóteles Drummond

A falta de memória do Congresso Nacional

O ano passado registrou o centenário de muitos brasileiros ilustres, relevantes em seu tempo, exemplos positivos para as novas gerações, que precisam acreditar na democracia representativa de qualidade e saber que já tivemos políticos de excelência, muitos até longe dos holofotes e de atuação mais estadual do que nacional.

A qualidade intelectual, o brilho na tribuna do Parlamento, a vida limpa, íntegra, o respeito da sociedade, assim como homens vocacionados para o exercício competente de funções no Executivo dos estados.

Uma simples consulta nos sites de pesquisa da Internet revela gigantes que tiveram seus centenários cercados de silêncio, com pouca ou nenhuma lembrança. Infelizmente muitos dos atuais

parlamentares nunca ouviram falar nesses brasileiros.

O primeiro que desponta é o senador Paulo Brossard, que encerrou a carreira como ministro do Supremo Tribunal Federal. Jurista, parlamentarista histórico, este gaúcho de Bagé foi deputado estadual, federal, senador, ministro da Justiça e ministro do STF. Monumento de coragem e independência, foi defensor do movimento de 64, que considerou ato de legítima defesa da sociedade com os rumos perigosos do país na ocasião. Foi para a oposição quando o regime endureceu após as eleições de 1965, mas nunca comungou com os atos de terrorismo e violência, fazendo oposição com ideias e ação parlamentar.

Outro gaúcho notável, com dois mandatos de deputado federal, foi Clóvis Stenzel, um orador entre os maiores nas duas legislaturas em que atuou, professor de direito, jornalista, exerceu mandatos também pelo estado do Espírito Santo. Foi do PRP, PSP e depois da Arena, onde se elegeu. Um estudioso, intelectual, que brilhou e não deveria ser esquecido. E 1974 disputou pelo Rio e ficou na suplência.

Outro gigante sulista foi o catarinense Antônio Carlos Konder Reis, brilhante defensor das boas teses na Constituinte de 88. Foi governador de seu estado, deputado federal e senador. Certamente nas muitas legislaturas em que atuou no Congresso Nacional esteve sempre entre os mais atuantes

e respeitados. Não merecia não ser alvo de homenagens pelo seu centenário.

Político regional, com mandatos de deputado estadual e de federal, Silvio Fernandes Lopes, foi político paulista polivalente, pois exerceu cargos de secretário em diferentes pastas nos dois melhores governos de seu tempo, com Adhemar de Barros e Paulo Maluf. Silvio Lopes era político de Santos, mas de reconhecimento em todo o estado.

Triste ver estes tempos que carecem de exemplos deste nível não exercer a gratidão e o reconhecimento.

Infelizmente fato natural num país que também não soube, ano passado, comemorar os 200 anos de nascimento do maior de seus filhos: o Imperador Pedro II.

Opinião do leitor

Corrupção e violência

São na atualidade os maiores problemas nacionais, que atingem os cidadãos. O Brasil teve o pior desempenho em 2024, no ranking sobre corrupção da Transparência Internacional. O País atingiu a menor nota e a pior colocação (107º posição) entre 180 nações, na série do levantamento, iniciada em 2012.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA

HÁ 95 ANOS: PGR ACOMPANHA INVESTIGAÇÕES EM MINAS GERAIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de fevereiro de 1930 foram: Procurador-Geral da República vai a Montes Claros

acompanhar as investigações do atentado no congresso econômico. Câmara francesa aprova moção de confiança ao governo, por suas po-

líticas na Conferência de Londres. Papa Pio XI emite carta a congregação soviética, mostrando-se preocupado com as notícias daquele país.

HÁ 75 ANOS: VARGAS ENSAIA CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 14 de fevereiro de 1950 foram: Correio da Manhã majora preço da edição de domin-

go para 1 cruzeiro. Bidault levará Assembleia Francesa os nomes dos novos ministros, para aprovação. Potências ocidentais não abandonarão

Berlim. Lei Eleitoral corre contra o tempo para ser aprovada na Câmara. Getúlio Vargas ensaia candidatura à presidência.



Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)

redacao@jornalcorreiodamanha.com.br
Redação: Carlos Martins, Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadr 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.